



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1006938-57.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Exeqüente: **Antônio Carlos Filho**
 Executado: **BANCO DO BRASIL SA**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos, etc.

Com todo respeito aos cálculos apresentados pelo Banco/executado, sua divergência reside no fato de argumentar que a multa de 10% imposta em sede agravo regimental tem como base o valor final a ser devido ao autor.

Entretanto, a multa imposta tem por base o valor da causa, conforme se depreende da leitura do antigo artigo 557, §2º do Código de Processo Civil de 1973 e atual 1.021, §4º do diploma de 2015. Do mesmo modo, foi expresso o acórdão, apresentando, inclusive, o valor inicial da execução, que deveria ser corrigido para fins de aplicação da multa. Vale lembrar que, naquele momento, a Douta Câmara já havia determinado que o valor devido deveria ser descontado os juros remuneratórios, tendo aplicado, mesmo com esse conhecimento, a multa no valor da causa.

A multa, portanto, calcula-se sobre o valor da causa (execução) corrigido, que deve ser somado ao valor devido pelo executado.

Sendo assim, impossível furta-lhe o cumprimento do que determinado pelo Egrégio Tribunal de Justiça, devendo ser acolhidos os cálculos apresentados pelo exequente, pois estão de acordo com o que foi determinado.

Havendo depósito nos autos suficiente para o pagamento da dívida, **JULGO EXTINTA** a presente ação, fase de execução, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil.

Após o trânsito em julgado, expeça-se guia de levantamento no valor de R\$ 6.625,34 (seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos) em favor do exequente, com relação ao depósito de fls. 74. Sem prejuízo, expeça-se guia de levantamento do valor restante em nome do banco/executado.

Feitas as devidas anotações, arquivem-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 20 de fevereiro de 2017.

VILSON PALARO JÚNIOR
 Juiz de direito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA